

Dívida Externa

Um consenso difícil

27 APR 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

O Grupo dos Oito, que reúne, após a eliminação provisória do Panamá, os ministros da Fazenda de sete países latino-americanos, tenta hoje, em Brasília, definir uma estratégia única para a concretização do Plano Brady. Trata-se de uma reunião importante, a primeira a se realizar desde que se oficializou esse plano, de redução da dívida externa, o qual, em grande parte, corresponde, nas suas linhas mestras, ao que o Grupo dos Oito havia sugerido desde a sua criação. No entanto, há que reconhecer que será muito difícil o estabelecimento de uma estratégia comum neste momento.

Cumpre, em primeiro lugar, lembrar que pelo menos dois países, a Argentina e o Brasil, estão diante de uma situação inconfortável para decidir algo em torno da renegociação. Na Argentina, ocorrerão eleições no dia 14 de maio, havendo sérias possibilidades de derrota da atual maioria; ademais, esse país já está entrando numa fase de hiperinflação. Quanto ao Brasil, com suas eleições marcadas para 15 de novembro, enfrenta nestes dias situação econômica muito delicada. Já o Peru, onde a conjuntura econômica chega a ser dramática, terá eleições no ano vindouro. Verifica-se, portanto, que, nesses países, a situação diverge, em muito, daquela que se observa em outras

nações, como o México e a Venezuela, cujos presidentes, recentemente eleitos, têm autoridade para falar e tomar decisões.

O objetivo principal do Grupo dos Oito, todavia, talvez seja o de fazer uma avaliação do Plano Brady, o qual, inicialmente recebido com grande entusiasmo, é hoje considerado mais importante por suas intenções e princípios enunciados do que pela sua operacionalidade. Neste momento, os países devedores estão verificando o que já havíamos previsto tão logo se anunciou o Plano Brady: este tardará para se transformar em realidade, e esta, ao que se pode prever, será bastante decepcionante para as nações interessadas.

O Plano Brady, na verdade, ainda não existe como tal: na melhor das hipóteses, suas normas só serão definidas na próxima reunião anual do FMI e do Banco Mundial, a ocorrer em setembro, em Washington. Cumpre, inicialmente, calcular suas necessidades financeiras, para que se possa, depois, dar início à nova fase: a angariação dos recursos mediante aumento do capital do Banco Mundial e das quotas do FMI.

A novidade, no Plano Brady, é a definição dos seus princípios essenciais: urge reduzir o estoque da dívida externa, exigindo tal objetivo uma intervenção politi-

ca a ser norteada pelos organismos internacionais.

O que o Grupo dos Oito tentará decidir quanto aos rumos do Plano Brady será a fixação do início do seu funcionamento, das suas normas de ação e do montante da redução da dívida. "Quando, como e quanto?" — são alicerces do trabalho dos ministros da Fazenda latino-americanos. É fácil responder à primeira indagação: todos os países têm pressa, mas nem todos estão nas mesmas condições. Evidentemente, cumpre lembrar às nações credoras que, uma vez levantada uma esperança, devem as soluções concretas surgir o mais rapidamente possível. Washington está consciente disso e, provavelmente para mostrar sua boa vontade, procurará encontrar uma solução rápida para o México, adiantando-se ao Plano Brady através, talvez, de "empréstimos-ponte". Mas não fará o mesmo para todos os países, por falta de recursos. Assim, qualquer tentativa de unificação do cronograma do Plano Brady corre o sério risco de malogro: o México não aceitará uma solução global, e tampouco a Venezuela.

Quanto ao "como", a questão é ainda mais delicada. Na realidade, sabe-se que o Plano Brady é condicional, devendo abrir-se apenas aos países aptos a elaborar projetos de ajuste econômico realistas e viáveis. O México e a Ve-

nezuela têm condições para tanto, mas não o Brasil, nem a Argentina e tampouco o Peru. Além do mais, deverão surgir entre os membros do Grupo dos Oito profundas divergências quanto às modalidades a sugerir. Na realidade, sendo cada país um caso particular, o melhor será prever um cardápio variado de soluções.

O "quanto" será ainda mais difícil de definir. Certamente, todos os interessados acabarão por verificar que o Plano Brady está longe de responder às suas expectativas. Com efeito, embora se trate de um plano que prevê importante intervenção dos organismos internacionais, ele, na realidade, não está incluindo o estoque da dívida em relação aos interventores. Não será fácil, também, definir se se deve reduzir o capital ou apenas os juros, por quanto, neste caso, os países têm interesses divergentes.

De qualquer maneira, é salutar que o Grupo dos Oito se reúna para poder exercer pressão sobre os países credores, visando à ativação do processo operacional do Plano Brady, e também para mostrar aos eleitores que tal projeto poderá um dia aliviar cada economia nacional. A reunião de Brasília tem uma conotação eleitoral, que o governo de Buenos Aires procurará explorar às vésperas das eleições presidenciais.